

Para Sarney, PMDB atrapalha

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB está prejudicando seriamente o andamento das negociações da dívida externa brasileira. Essa constatação foi feita ontem pelo presidente José Sarney durante uma longa conversa que manteve com o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda. O presidente e o ministro concluíram que é preciso que o governo se lance urgentemente numa nova tentativa de rearticulação política com as lideranças daquele partido, de modo a obter o respaldo de que o governo necessita para negociar a dívida externa do País.

Ao falar do encontro do presidente Sarney com o ministro da Fazenda, o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, se limitou a dizer que a negociação da dívida externa atravessa um momento muito delicado e muito difícil, destacando que, lamentavelmente, isto não vem sendo percebido por muitos políticos.

Para Frota Neto, nunca foi tão necessária uma coalizão das forças políticas do País para apoiar o governo, dando-lhe a sustentação política

de que necessita para negociar a dívida externa do País.

De acordo com o diagnóstico feito pelo presidente Sarney e pelo ministro Bresser Pereira, a falta de respaldo político das forças que dizem apoiar o governo neste momento tem contribuído enormemente para aumentar as resistências dos banqueiros a algumas posições que favoreceriam largamente o Brasil.

As manifestações feitas por vários parlamentares do PMDB contra o pagamento simbólico de US\$ 500 milhões aos credores, mediante depósito em instituição internacional, para com isso descaracterizar o Brasil como mau pagador, e, do mesmo modo, aquelas contrárias a uma futura reaproximação do País com o FMI têm conseguido tumultuar bastante a imagem do País no Exterior.

Muitos dos banqueiros que negociam com o Brasil no momento estão convencidos de que o atual governo não dispõe de apoio político para empreender uma negociação definitiva da dívida externa brasileira. Essa evidência fortalece a possibilidade de que se consiga obter no curtíssimo prazo apenas um acordo provisório com os bancos. O acordo definiti-

vo, plurianual, somente seria feito depois da conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e após esclarecida a questão da duração do mandato do presidente Sarney.

Aliás, o ministro Bresser Pereira tem levantado esta hipótese de um acordo definitivo somente após a Constituinte, em diversas ocasiões. E ainda ontem, na conversa que manteve com o presidente Sarney, os cinegrafistas que registraram o encontro ouviram o ministro dizer ao presidente que um acordo definitivo da dívida externa brasileira "somente acontecerá depois de terminado o trabalho da Constituinte".

E uma outra questão levantada ontem no Palácio do Planalto foi sobre a possibilidade de outros devedores do Terceiro Mundo seguirem o exemplo brasileiro, adotando a moratória, ou suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, como parece que será o caso da Argentina. Isto, segundo assessores do presidente Sarney, sem dúvida nenhuma enfraqueceria o poder de barganha dos bancos credores. E, portanto, não seria recomendável ao Brasil fechar agora um acordo definitivo.